

## **Gênero e feminismos nas práticas jornalísticas do Projeto Celina<sup>1</sup>**

Luíza Buzzacaro BARCELLOS<sup>2</sup>  
Maria Clara de Aquino BITTENCOURT<sup>3</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

### **RESUMO**

Este artigo pretende discutir como os conceitos de gênero e as pautas dos movimentos feministas vão atravessar as produções e a prática profissional cotidiana das jornalistas do Projeto Celina, uma iniciativa do jornal O Globo, criada em 2019 com o intuito de centralizar a cobertura sobre temas relacionados a gênero, mulheres e diversidade no jornal. O objetivo, portanto, é entender se de fato as jornalistas conseguem empreender uma prática feminista na produção das notícias em Celina, e em que medida isso ocorre. Para tanto, além dos acionamentos teóricos relacionados a gênero, feminismo e jornalismo, também são trazidos trechos de entrevistas realizadas com as jornalistas a fim de entender como se dá, na prática, a produção jornalística do projeto. Percebemos, com isso, que um dos principais aspectos que dificultam uma cobertura feminista é a cobrança pela objetividade jornalística.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; feminismos; jornalismo; Projeto Celina.

### **Introdução**

O Brasil é um país marcado, dentre tantos outros aspectos, pelas desigualdades de gênero. Essas desigualdades são calcadas em uma lógica de condutas e normas sociais que estabelece que mulheres devem seguir padrões de feminilidade e homens, de masculinidade (JOHNSON, 1997). Até mesmo antes de nascermos, quando a genitália do bebê é identificada e a partir disso se define se a criança é menino ou menina, uma série de padrões normativos presentes no imaginário social são evocados. A partir do sexo biológico do indivíduo, portanto, são propostos pacotes fechados de condutas que devem ser seguidos (CONNELL; PEARSE, 2015): meninas usam rosa, são delicadas, submissas, cuidadoras; meninos usam azul, são fortes, poderosos e impulsivos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [l.buzzacaro@yahoo.com.br](mailto:l.buzzacaro@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e orientadora da pesquisa. E-mail: [jaquino@unisinos.br](mailto:jaquino@unisinos.br)

Essas condutas de gênero não só determinam o comportamento dos sujeitos, mas também estabelecem quem terá prestígio na sociedade e quem não o terá – uma particularidade que é comprovada em diversas instâncias da vida cotidiana. “Afirma-se superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’” (BIROLI, 2018, p. 166). Essa desvalorização é exemplificada através das inúmeras desigualdades. As mulheres são responsabilizadas com o cuidado da casa e dos filhos, portanto, dedicam mais que o dobro do tempo dedicado pelos homens com as tarefas domésticas (BIROLI, 2018). Elas, mesmo tendo o acesso à educação superior ampliado nos últimos anos, ainda recebem salários inferiores ao dos homens (20,5% a menos), mesmo que tenham a mesma qualificação e ocupem o mesmo cargo, segundo o IBGE (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Na política o cenário não é muito diferente: mesmo representando mais da metade da população eleitoral, apenas 10% dos cargos políticos legislativos são ocupados por mulheres no país (BIROLI, 2018). Para além do gênero, desigualdades decorrentes de outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade se impõem às mulheres. Enquanto as mulheres brancas obtiveram maiores condições para uma melhor qualificação profissional, as negras ainda figuram entre uma parcela da população que é contemplada com poucas oportunidades e condições de trabalho precárias (BIROLI, 2018), por exemplo. A interseccionalidade dessas expressões fica ainda mais evidente nos casos de violência: de acordo com dados da Agência Patrícia Galvão (2019), as mulheres sofrem com o assédio em diferentes locais: 97% das mulheres com mais de 18 anos afirmam já terem sido assediadas no transporte público e 74% no trabalho. Ainda, de acordo com os mesmos dados, foram 4.254 mulheres mortas no Brasil em 2018, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, e a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha. Estes são dados mais gerais, mas quando analisamos a violência de gênero contra negras ou pertencentes a comunidade LGBT, os dados são ainda mais preocupantes. De todas as mulheres assassinadas em 2017, 66% eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Já em relação à violência contra os LGBT, nem mesmo há um levantamento nos principais institutos nacionais de coletas de dados. Contudo, existem iniciativas independentes, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que realiza pesquisas de forma autônoma há 40 anos. Segundo o levantamento foram 329 pessoas LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que tiveram morte violenta no Brasil em 2019,

---

vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%) (MORTES..., 2019).

No que diz respeito ao combate das desigualdades de gênero, as instituições sociais podem funcionar como importantes ferramentas de transformação social, sendo a mídia uma delas. Nesse contexto de preconceitos e de ataques às minorias políticas os veículos de comunicação jornalísticos são uma instituição social que tem suma importância no combate a essa realidade, pois produzem diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam orientando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud VEIGA DA SILVA, 2014). Além disso, o jornalismo atua como uma instância pedagógica e como um tipo de conhecimento social, portanto, influenciando no cotidiano das pessoas (VEIGA DA SILVA, 2014). Como instituição social formada por sujeitos, no entanto, a mídia jornalística também está perpassada pelo gênero, por valores hegemônicos que, em grande maioria, acabam colaborando para a transformação de diferenças em desigualdades.

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 102-103).

É nesse sentido que enxergamos a importância de um jornalismo mais afeito ao feminismo, pois adotando uma prática feminista é possível enxergar outras realidades, não somente aquelas ligadas ao hegemônico e à heteronormatividade. Além disso, a prática feminista permite incluir as subjetividades das jornalistas nas notícias, o que romperia com uma proposição ontológica da profissão que configura o jornalismo como um estatuto da verdade, a partir de alguns pressupostos profissionais, tais como a objetividade.

Algumas iniciativas de comunicação feminista vêm surgindo, inclusive dentro de espaços jornalísticos tradicionais, como é o caso do Projeto Celina, do Globo. Celina é um espaço dentro do jornal destinado a cobertura de temas ligados a gênero e diversidade e sua equipe é formada apenas por mulheres.

Levando os aspectos mencionados acima em consideração, o objetivo deste artigo é entender se e em que medida as jornalistas do Projeto Celina aliam o feminismo às suas práticas jornalísticas cotidianas. Para tanto, além da contextualização acerca dos conceitos que perpassam a pesquisa, utilizaremos trechos das entrevistas realizadas com

---

três jornalistas do projeto a fim de conseguir pistas sobre uma possível prática jornalística feminista.

Como demonstraremos ao longo do artigo, as jornalistas do Celina já conseguiram romper com algumas lógicas masculinistas, mas identificamos que o compromisso com a objetividade jornalística é um dos principais impeditivos para que elas consigam praticar, de fato, um jornalismo feminista em Celina.

### **Gênero, feminismos e jornalismo**

Como afirma Scott (2019, p. 67), “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Gênero, portanto, não é apenas uma convenção social sobre os corpos, mas também sobre todas as coisas do mundo, ou seja, é uma estrutura social multidimensional, não dizendo respeito “apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 49).

Isso “significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder” (BONETTI, 2012, online). Para a autora é a partir dessa perspectiva que conseguimos entender como as relações sociais acabam gerando assimetrias e desigualdades de gênero. Em relação as desigualdades, Scott (2019, p. 73) também reforça que as hierarquias sociais “baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”. Como explica Louro (1997, p. 21), a discussão começa a se centrar no fato de que “masculino” e “feminino” não são papéis construídos a partir das características sexuais somente, mas sim de construções sociais de um dado momento histórico: “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. Para essa discussão a utilização do conceito de gênero é fundamental.

Como salienta Veiga da Silva (2014, p. 82), as distinções de gênero na prática resultam em relações desiguais em diversos aspectos da vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias”. Aqui estamos enxergando o conceito de gênero, portanto, como uma categoria teórico-epistemológica, ou seja, considerando-o como uma estrutura de poder que está em relação com o contexto social, histórico e cultural nos quais está inserido (BONETTI, 2012), incluindo processos econômicos, políticos e ideológicos (BRAH, 2006). Cabe

reiterar, no entanto, que os grupos tidos como dominados são “capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 1997, p. 33), considerando poder segundo Foucault, como uma estratégia, não como “um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se ‘apropria’” (LOURO, 1997, p. 38). Isso quer dizer que o poder, assim como as identidades, não são fixas, pois no exercício do poder há manobras, técnicas, as quais podem ser contestadas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 1997).

Não somente o gênero determina quem e o que detém maior poder na nossa sociedade. Outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade também são determinantes nas experiências a que os indivíduos estarão expostos, pois compõem a identidade de um sujeito. Mas esses marcadores não podem ser simplesmente considerados como camadas que se acumulam, como se o sujeito fosse se fazendo, somando-as ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes ‘posições’” (LOURO, 1997, p. 51). Ao considerar gênero em relação com outros marcadores sociais estamos trabalhando com o conceito de interseccionalidade:

[...] o feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, é evidentemente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos históricos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta quando é luta ‘junto com’ o outro, o companheiro, contra um estado de coisas injustas (TIBURI, 2018, p. 55).

Mesmo entendendo que a construção das identidades femininas e masculinas são perpassadas por todos esses marcadores e aspectos sociais, existem convenções de gênero hegemônicas que impõem certos tipos de conduta, que devem ser seguidas pelos indivíduos que são definidos a partir de sua genitália. O masculino e o feminino são sempre colocados como polos opostos, divergentes, distantes, não complementares. Enquanto o feminino é visto como fraco, submisso, delicado, sensível, o masculino é visto como forte, poderoso, agressivo, determinado. Tudo o que desvia desse padrão é considerado como um outro, por vezes condenado, por vezes invisibilizado. Evidente que é através do corpo que enxergamos de maneira mais clara e explícita todos esses aspectos, mas o gênero também perpassa outras esferas, como as instituições sociais, dentre elas, o jornalismo.

---

Como estudado por Veiga da Silva (2014), o jornalismo, por ser uma prática profissional feita por pessoas, acaba veiculando nas notícias as visões de mundo e subjetividades dos profissionais que a produziram, no entanto, essa veiculação não é declarada, pois o campo jornalístico defende a verdade e a realidade como pressupostos da profissão.

[...] tanto a subjetividade dos jornalistas quanto as suas rotinas de trabalho são elementos importantes para refletir sobre os valores que circulam na sociedade. Sobretudo por ser o jornalista central nesse processo simbólico que é a construção da notícia: é o elemento humano, o primeiro a dar significado aos fatos sociais, transformá-los em notícias com fins de gerar sentido, a partir da forma como enxergam e refletem o mundo. As suas escolhas – e são muitas e permanentes – definem as notícias. E o que os jornalistas escolhem, de forma consciente ou inconsciente, é o que confere sentido ao acontecimento (Alsina, 2009). Investigar as visões de mundo dos jornalistas, portanto, é central para entender as “lentes” pelas quais não apenas estes enxergam, mas, sobretudo, nos fazem enxergar o mundo – “as estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e o que não vemos” (Bourdieu, 1998 apud Traquina, 2005) (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 75-76).

Durante todo o percurso da notícia, da concepção da pauta, elaboração da notícia e até a sua publicação, uma série de valores são acionados pelos jornalistas que a estão produzindo. Isso é comprovado por Veiga da Silva (2014) durante exercício etnográfico que fez na redação de um conglomerado de comunicação gaúcho.

São eles [os jornalistas] os sujeitos construtores, e através de suas atuações profissionais na “tribo” tornaram possível a compreensão de que para além das rotinas produtivas e dos valores da empresa, suas subjetividades são cruciais para revelar as imbricações da cultura com o jornalismo. Ou seja, o quanto os valores culturais hegemônicos estão postos nas visões de mundo dos profissionais e como tal incidem, ainda que inconscientemente e não de forma deliberada, nos processos criativos, seletivos e produtivos das notícias. Os valores socioculturais predominantes são parâmetros, perversivos na produção das notícias, e os jornalistas se mostraram como um dos elos desta imbricação, num processo que se retroalimenta e que também está em permanente movimento (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 319, acréscimo nosso).

A autora, a partir da sua pesquisa, constatou que o jornalismo tem gênero, e é masculino, pois todos os atributos que têm maior valor nesse campo, como a objetividade, a credibilidade, os valores-notícia e a escolha das fontes e das palavras que vão compor o texto, por exemplo, estão ligados aquilo que é convencionalmente tido como masculino. Veiga da Silva (2014) chama a atenção para o fato de que esses valores hegemônicos de gênero veiculados através das notícias não são um fator que perpassa somente os

---

indivíduos jornalistas em si, mas toda a estrutura jornalística e ao senso comum, a sociedade em si.

De acordo com Veiga da Silva (2014, p. 322) a sua pesquisa de mestrado “entendeu que os valores e concepções hegemônicos de gênero eram reproduzidos nas matérias e resultavam na representação da heteronormatividade como padrão social de desigualdade que estava a orientar”. O discurso da mídia hegemônica, portanto, reforça os estereótipos de gênero e gera desigualdades, sobretudo quando entendemos que esta é uma instituição que possui função pedagógica e que atua como um tipo de conhecimento social (VEIGA DA SILVA, 2014). Entretanto, os diversos feminismos vêm ampliando esses debates e propondo um novo tipo de fazer jornalístico, não só criando seus próprios canais de comunicação, como também conquistando espaço nos veículos tradicionais, como é o caso do Projeto Celina, lançado pelo jornal O Globo.

### **As práticas do Projeto Celina**

O Projeto Celina é um projeto dentro do site do O Globo que trata somente de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade. Foi fundado no Dia Internacional da Mulher, em 2019, como uma iniciativa do jornal, um dos maiores veículos de comunicação brasileira em termos de audiência. Entendemos a criação deste projeto como simbólica por alguns motivos: foi criado em uma data que comumente é comemorada, mas que no entanto, representa a morte intencional de mulheres durante uma greve; e também por ter surgido no primeiro ano do governo Bolsonaro, que sempre afirmou uma visão de inferioridade das mulheres em seus discursos durante a campanha para a Presidência da República.

Segundo o próprio jornal, Celina surgiu da necessidade e do compromisso do Globo em aumentar a diversidade e a representatividade na sua equipe e nas reportagens que veicula. “Hoje, na redação integrada que produz reportagens para os jornais O GLOBO e Extra e para a revista Época, há 409 profissionais, sendo 237 homens (58%) e 172 mulheres (42%). Já em relação a jornalistas com cargos de chefia, o equilíbrio é absoluto: são 65 mulheres e 65 homens” (COM A PLATAFORMA..., 2019). Em relação aos personagens, ou seja, as fontes ouvidas pelos jornalistas para elaboração de suas matérias, há, também, uma discrepância visível: 67,1% são homens, enquanto 32,9% são mulheres.

---

O projeto foi pensado e discutido durante um ano até ser colocado no ar em 2019. Além de contar com opiniões da própria equipe do veículo, o Globo se preocupou, também, em ouvir outras mulheres, como destacou Maria Fernanda Delmas, editora executiva do jornal, em uma matéria sobre o lançamento do Celina. “Enquanto avançávamos, as conversas se estendiam para fora da Redação. Fizemos inclusive um bate-papo de quase três horas com um grupo de jovens mulheres, de variadas origens e experiências, de quem ouvimos dicas valiosas. Chamamos de nosso conselho editorial informal” (DELMAS, 2019). O projeto, portanto, vislumbra ser um espaço em que as pautas de gênero sejam tratadas com maior profundidade: “Este é o momento para ter reportagens, dados e reflexões. Para que pensemos como a mulher é tratada e vista pela sociedade sob o ponto de vista da cultura, da mídia, da educação e da política. Não é mimimi, isso tem efeitos concretos” (UNBEHAUM apud O GLOBO..., 2019).

O Celina conta, hoje, com três jornalistas fixas em sua equipe<sup>4</sup>. Além delas, o projeto também conta com a colaboração de repórteres e colunistas de diferentes editorias do jornal, pois é uma iniciativa de vertical de conteúdo<sup>5</sup>. Ou seja, além da equipe de Celina produzir conteúdos específicos para o projeto, também há uma espécie de curadoria de reportagens desenvolvidas por outras editorias do jornal e por agências de notícias que tratem sobre aspectos relativos a gênero e que possam ser publicadas na plataforma. A seguir, apresentaremos alguns dados e trechos coletados durante as entrevistas<sup>6</sup>.

A partir das conversas<sup>7</sup> com as jornalistas Juliana, Maria e Beatriz, percebemos que a prática produtiva do projeto acaba rompendo com algumas lógicas predominantes no meio jornalístico, sobretudo nas redações de jornais impressos. As jornalistas buscam

---

<sup>4</sup> Não traremos, aqui, maiores informações sobre as entrevistadas, como nome, cargo ou qualquer outro dado nesse sentido, como forma de proteger as suas identidades. Entendemos que nos importa analisar aqui o que elas trazem de dados sobre as práticas jornalísticas do Celina, não quem elas são enquanto indivíduos, principalmente nesta etapa da pesquisa que ainda está em desenvolvimento. A pesquisadora está em contato com as mesmas para conseguir um termo de autorização assinado por elas, o que, no momento da escrita deste artigo, ainda não tinha sido resolvido. Portanto, elas serão referidas através de pseudônimos.

<sup>5</sup> Segundo as jornalistas entrevistadas, vertical de conteúdo é uma nova maneira de pensar o jornal digital, visto que o público não consome as notícias no site da mesma forma que consome num jornal impresso. A vertical de conteúdo procura ser um espaço dedicado a abrigar notícias sobre determinados assuntos em específico, mas não é uma editoria, pois, como é o caso de Celina, outras editorias produzem matérias sobre gênero que podem entrar no projeto sem necessariamente terem sido produzidas pela equipe fixa de Celina.

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas com cada jornalista individualmente por meio de vídeo chamada, devido a distância geográfica em que pesquisadora e jornalistas se encontram e também pelas impossibilidades de contato presencial impostas pela pandemia de Covid-19 (Coronavírus).

<sup>7</sup> Apresentaremos os trechos coletados a partir das entrevistas com a mesma formatação das citações diretas, mas colocando os excertos em itálico, como forma de diferenciação das outras citações.



uma maior horizontalidade na produção das notícias do Celina, atuando num processo colaborativo desde a definição das pautas até a edição do texto, independentemente da diferença dos cargos. O que nos parece é que, nesse sentido, há uma quebra da lógica de poder que determina a hierarquização dos cargos dentro do jornal, mudando, portanto, a forma de se fazer jornalismo, pelo menos em Celina.

*É tudo muito compartilhado sabe, quando uma tá com dificuldade passa para a outra, é muito colaborativo entre nós três – Juliana (21/05/2020).*

*Agora a gente tem trocado no Whatsapp né [em função do isolamento social causado pela pandemia], mas em geral a gente tinha uma reunião semanal em que a gente trocava as nossas ideias do tipo “ai nossa, tô com vontade de fazer isso, tô com vontade de fazer aquilo”, não é uma coisa vertical assim, sabe. Ali a gente tem um diálogo muito aberto – Maria (16/06/2020).*

*Se a coisa tiver mais pegada pra outra a gente vai dividindo [as tarefas pra produção das matérias] – Beatriz (27/05/2020).*

É por essas questões, de um maior diálogo e menor hierarquização no dia a dia, de uma maior abertura para a sugestão de pautas, pelo objetivo de utilizar fontes mulheres e também por ser formada por jornalistas feministas que as profissionais consideram Celina um projeto feminista.

*Porque feminismo é isso, a gente já falou, é um movimento político que exige a igualdade de direitos, e o que o Celina faz é isso, exigindo o tempo inteiro essa igualdade de direitos, expondo as situações terríveis a que as mulheres brasileiras são submetidas, não só as brasileiras, mas em especial elas. A gente cobra, a gente expõe, e no fundo, no fim das contas, o que a gente quer é ajudar nesse caminho até a igualdade de gênero, então não tem como não ser feminista – Juliana (21/05/2020).*

*Talvez a gente falhe, talvez a gente já tenha falhado em algum momento ou não, mas o nosso objetivo é fazer uma cobertura feminista. Então, assim, não é simplesmente entrevistar qualquer mulher, é entrevistar uma mulher que possa ter um visão crítica sobre as coisas – Maria (16/06/2020).*

*Eu acho que [Celina] é feminista por fazer esse papel, por colocar essas questões e atuar nessa luta pela igualdade – Beatriz (27/05/2020).*

Portanto, por ser formado por mulheres feministas e por trazer pautas relativas as desigualdades de gênero, trazendo um recorte diferente das notícias hard news, as jornalistas acreditam e buscam fazer uma cobertura feminista das temáticas de gênero e diversidade. No entanto, apesar desse esforço, a conduta pessoal mais alinhada ao

feminismo acaba esbarrando na conduta profissional jornalística, que cobra uma neutralidade, imparcialidade e objetividade.

Quando questionadas sobre a função e a importância do jornalismo na cobertura de temas ligados a gênero, elas ainda reforçam, no próprio discurso, uma lógica profissional que opera sob as lógicas masculinistas:

*E quando você chega lá no básico do jornalismo que são os fatos, os dados, quando você vai ali no que é objetivo, o dado, o número, fica muito ilustrado como todas essas questões [de gênero, classe, raça e sexualidade] estão interligadas. [...] Eu acho [que o jornalismo pode atuar no combate as desigualdade de gênero] sobretudo com informação, sabe. **Informação e denúncia** – Juliana (21/05/2020).*

*Eu considero que o projeto faz uma cobertura feminista sim, e que isso não é ruim nem prejudica o jornalismo. Não acho que precise ser uma coisa em detrimento da outra, é possível fazer um jornalismo feminista e continuar sendo objetivo, continuar buscando o outro lado das coisas, questionando, enfim, eu acho que isso não impede o exercer do jornalismo – Maria (16/06/2020).*

Ou seja, como podemos perceber elas ainda acreditam que para um bom fazer jornalístico é preciso ser objetiva. Ao passo em que elas tentam assumir práticas diferentes do jornalismo hegemônico para fazer a cobertura de gênero sob um viés feminista, ainda esbarram na objetividade como única forma de se fazer um jornalismo de qualidade. O fato é que, para fazer uma cobertura de gênero afeita ao feminismo, como é proposto por elas, é preciso entender que antes de jornalistas as mulheres são indivíduos que possuem suas próprias experiências e subjetividades, algo que o feminismo, sobretudo o contemporâneo e interseccional, faz questão de frisar. Portanto, para uma prática jornalística de alteridade seria necessário fazer uma mudança de chave nos pressupostos iniciais da profissão. As jornalistas de Celina entendem que as suas experiências, individualidades e subjetividades influenciam no fazer jornalístico cotidiano, mas não possuem clareza sobre como seus próprios valores podem ser conciliados com a crença na obrigatoriedade da presença da objetividade

Salientamos que essa noção profissional se aproxima muito com uma noção típica do cientificismo moderno, que prevê uma “verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos” negando a subjetividade e reafirmando métodos e técnicas baseados em verificação e provas (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2). É por isso que Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 3) sugerem “uma virada epistemológica em que a prática

---

jornalística preveja a subjetividade como uma ferramenta para a descolonização dos conhecimentos do Jornalismo”.

Levando estes aspectos em consideração, analisaremos, a seguir, se podemos considerar o Projeto Celina como uma iniciativa que consegue, de fato, realizar um jornalismo feminista.

### **Celina: um jornalismo feminista?**

É importante frisar, mais uma vez, que as jornalistas se consideram feministas e procuram fazer uma cobertura mais afeita aos feminismos. No entanto, são diversas e diferentes as correntes sobre os feminismos, portanto, chamamos a atenção aqui para o entendimento que elas tem sobre esse movimento:

*Ah, feminismo é um movimento político feito por mulheres para as mulheres para lutar contra uma situação social, política e econômica absolutamente desigual que foi criada pelo patriarcado, por essa sociedade em que os homens sempre mandaram e decidiram. Pra se afirmarem como líderes dessa sociedade sempre colocaram a mulher no lugar de um Outro inferior, então o feminismo é [...] esse movimento político pelos nossos direitos, pela tão falada igualdade de gênero. E pra mim igualdade de gênero é pra todas as mulheres que se identificam como mulheres, não me importa a sigla do LGBTI, é pra mulheres trans, pra mulheres lésbicas, enfim, pra todas nós – Juliana (21/05/2020)*

*Pra mim feminismo é um movimento social e uma corrente de pensamento cujo objetivo principal é transformar as relações sociais de modo que a gente não tenha uma dinâmica de poder entre os gêneros. Que a gente tenha igualdade de direitos, igualdade de oportunidades, mas não só individualmente [...] Não é ignorando as nossas diferenças, mas é considerando elas todas e pensando que a gente precisa levar isso em conta pra ter de fato oportunidades e direitos iguais – Maria (16/06/2020)*

*Feminismo é a luta pela igualdade, pela igualdade entre gêneros, enfim pelos direitos iguais – Beatriz (27/05/2020).*

Todas elas, portanto, entendem a importância da interseccionalidade para o debate feminista e no sistema de privilégios que colocam algumas mulheres em lugares mais confortáveis que outras. Contudo, quando recorrem as regras profissionais como a objetividade que são, em si, masculinistas, acabam falhando com esse compromisso de ser um projeto efetivamente feminista.

Quando analisamos a própria ideia de objetividade proposta pelo jornalismo, que se pretende imparcial e universal, “um espelho da realidade”, vemos que a objetividade enquanto ferramenta profissional é perpassada por valores de gênero. É o que Veiga da

Silva (2015) chama de objetividade moderno-positivista-masculinista. Isso se dá pelo fato de que, com uma pretensa universalidade dos fatos, assim como a ciência, o jornalismo produziu conhecimento de um lugar comum, pertencente aos homens, ocidentais, brancos, heterossexuais e burgueses, o que ocasiona uma deslegitimação de saberes construídos por indivíduos “diferentes deste que seria o ‘universal’, ou seja, esse sistema confere aos ‘homens ocidentais [o] privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25 apud MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 4). Essa aproximação entre jornalismo e ciência também se deu com o objetivo de afastar o discurso jornalístico daquele discurso cheio de impressões e opiniões comuns na imprensa do século XIX, desta forma, a mídia ganharia um maior reconhecimento pela sociedade (MAROCCO, 2011 apud VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2017).

Para quebrar com esse paradigma moderno-positivista de que a verdade pertencia a apenas um sujeito (o homem hegemônico), a crítica feminista foi fundamental, pois “as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (RAGO, 1998, p. 6 apud MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 6). No entanto, mesmo “que um certo tipo de crítica à noção de objetividade tenha se banalizado nas escolas de jornalismo e mesmo dentro das redações, o recurso a ela permanece central no entendimento que homens e mulheres de imprensa têm sobre seu próprio fazer” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 59). É importante entendermos, portanto, “que a noção de imparcialidade sustentada no jornalismo é, em si mesma, um obstáculo para a ampliação da pluralidade” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 60), pois ela “reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66). Ou seja, ao passo em que há a crença numa objetividade jornalística que estaria comprometida com a verdade, ocorre uma legitimação da verdade e dos interesses de um sujeito masculino universal, por isso o entendimento de que a objetividade não é neutra traria mais possibilidades de diversidade no discurso jornalístico.

Com isso, podemos concluir que, mesmo com os esforços e entendimentos das jornalistas sobre feminismo, ao recorrer à objetividade para a produção das notícias, o

---

Projeto Celina acaba sendo enfraquecido em sua perspectiva feminista, dificultando uma prática jornalística mais interseccional.

### **Considerações finais**

O jornalismo, como demonstramos ao longo do artigo, é uma instituição social que opera sob lógicas masculinistas e machistas, sobretudo com a busca por uma pretensa objetividade que, em suma, acaba legitimando a realidade e a verdade de apenas um grupo de pessoas que detém o poder social, apoiados não só no privilégio que detém do seu gênero, mas também de classe, raça e sexualidade. A objetividade jornalística, portanto, não só exclui a pluralidade de realidades outras, mas também colabora para que diferenças sejam transformadas em desigualdades, justamente por se revestir de “imparcial”.

O Projeto Celina, por ser uma iniciativa dentro de um jornal tradicional e hegemônico como O Globo, que comumente não daria espaço para pautas relacionadas às temáticas de gênero e diversidade, já demonstra ser uma ruptura importante nas lógicas que definem o que merece ou não virar notícia. Além disso, por ser formado por jornalistas mulheres que se identificam com as causas feministas, acabam promovendo uma prática profissional cotidiana que se afasta daquilo que convencionalmente temos como masculino. Entendemos que somente pelo fato de elas procurarem agir de uma forma mais horizontal e menos hierarquizada no dia a dia da produção das notícias representa um importante avanço em mudanças necessárias no fazer jornalístico.

No entanto, no desenvolvimento das pautas as jornalistas ainda recorrem as ferramentas de trabalho que não só são aprendidas durante a graduação em jornalismo, como também são reforçadas no mercado de trabalho, sobretudo nas redações. Ao evocar dados e fatos, e privilegiar informar, fazer uma denúncia e prestar um serviço, elas ainda estão muito ligadas ao que é tido como objetivo, neutro e imparcial. Dessa forma, segundo a visão delas, o jornalismo feito em Celina detém credibilidade junto ao público leitor. Portanto, entendemos que a busca por essa objetividade moderno-positivista-masculinista, como chama Veiga da Silva (2015), seria o principal impedimento para que a prática produtiva de Celina e sua consequente cobertura de gênero seja, efetivamente, feminista. Ou seja, uma prática jornalística feminista atuaria ampliando seus olhares, não só dando espaço para que mulheres, negras, pobres, indígenas e LGBTQs falem, mas também reconhecendo a influência das subjetividades das jornalistas nesse processo e assumindo a responsabilidade por isso.

---

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens.** 08 mar 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 02 mar 2020.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as Mulheres em Dados.** Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> Acesso em: 03 set. 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **labrys, études féministes/ estudos feministas** juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em: 14 jul 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), p.329-376, janeiro-junho, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

COM A PLATAFORMA Celina, um compromisso do GLOBO em busca de diversidade. **O Globo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/com-plataforma-celina-um-compromisso-do-globo-em-busca-de-diversidade-23506980>>. Acesso: 28 set.2019.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global.** São Paulo: nVersos, 2015.

DELMAS, Maria Fernanda. **Conversas, pesquisas e muita colaboração: como foi construída a plataforma Celina.** O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/conversas-pesquisas-muita-colaboracao-como-foi-construida-plataforma-celina-23558179>>. Acesso: 28 set. 2019.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, nº 73, junho/2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 jul 2020.

---

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf)>. Acesso em: 14 jul 2020.

MORTES Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

O GLOBO lança Celina, uma plataforma sobre mulheres e diversidade. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/celina/o-globo-lanca-celina-uma-plataforma-sobre-mulheres-diversidade-23506999>>. Acesso: 28 set. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VEIGA DA SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/118550>>. Acesso em: 10 out 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do **XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2017/trabalhos\\_arquivo\\_HPYP1U9GFDE8MPXCN9XH\\_26\\_5505\\_20\\_02\\_2017\\_15\\_11\\_31.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_HPYP1U9GFDE8MPXCN9XH_26_5505_20_02_2017_15_11_31.pdf)>. Acesso em: 15 jul 2020.